



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 22/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2030/2009 (10 vols.).

Apensos: Processos nº 4161/2008 e 3050/2009 (3 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Gefferson Almeida de Oliveira e Sr. Dilmar Santos Ávila, Prefeitos do Município de Marãã, no período de 1/1/2008 a 3/4/2008 e 4/4/2008 a 31/12/2008, respectivamente.

6- Unidade Técnica: DICAM/CI – Informação Conclusiva nº 03/2014 (fls. 1851/1853).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 670/2014-MP-ELCM da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1854/1857).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2008.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de Marãã, referente ao período de 1/1/2008 a 3/4/2008, de responsabilidade do Sr. Gefferson Almeida de Oliveira e ao período de 4/4/2008 a 31/12/2008, de responsabilidade do Sr. Dilmar dos Santos Ávila, Prefeitos e Ordenadores de Despesa, nos termos do art. 3º, III, da Resolução n. 9/97-TCE/AM;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 22/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 15 de maio de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro- Relator

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 22/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2014)

1- Processo TCE nº 2030/2009 (10 vols.).

Apensos: Processos nº 4161/2008 e 3050/2009 (3 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Marãã.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Gefferson Almeida de Oliveira e Sr. Dilmar Santos Ávila, Prefeito Municipal de Marãã, no período de 1/1/2008 a 3/4/2008 e 4/4/2008 a 31/12/2008, respectivamente.

6- Unidade Técnica: DICAMI/CI – Informação Conclusiva nº 03/2014 (fls. 1851/1853).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 670/2014-MP-ELCM da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1854/1857).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Marãã. Exercício de 2008.

Revelia dos responsáveis. Contas irregulares. Recomendações à origem e ao MPC. Alcance e Multas aos responsáveis. Prazo para recolhimento. Autorizada cobrança executiva e inscrição na dívida ativa.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1- CONSIDERAR REVEL o **Sr. Gefferson Almeida de Oliveira**, Prefeito de Marãã e Ordenador de Despesa no período de 1/1/2008 a 3/4/2008, nos termos do art. 20, §4º, da Lei Estadual n. 2.423/1996;

9.1.2- JULGAR IRREGULARES a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Marãã, referente ao período de 1/1/2008 a 3/4/2008, de responsabilidade do **Sr. Gefferson Almeida de Oliveira**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “a” e “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.1.3- CONSIDERAR EM DÉBITO o **Sr. Gefferson Almeida de Oliveira**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 1/1/2008 a 3/4/2008, **no valor de R\$ 17.931,81**, pela não comprovação da regularidade na aplicação dos recursos envolvidos



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 22/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2014)

com referência ao subitem 4.3 (Conservação e Recuperação da Rua Wenceslau de Queiroz) do Relatório Técnico Conclusivo de Vistoria (fls. 1.748/1.773, vol. 9);

9.1.4- **FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor mencionado no subitem 31.7 do voto aos cofres da Fazenda Pública de Marã, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.1.5 - **CONSIDERAR REVEL** o **Sr. Dilmar dos Santos Ávila**, Prefeito de Marã e Ordenador de Despesa no período de 4/4/2008 a 31/12/2008, nos termos do art. 20, §4º, da Lei Estadual n. 2.423/1996;

9.1.6- **JULGAR IRREGULARES** a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Marã, referente ao período de 4/4/2008 a 31/12/2008, de responsabilidade do **Sr. Dilmar dos Santos Ávila**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “a” e “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

9.1.7- **CONSIDERAR EM DÉBITO** o **Sr. Dilmar dos Santos Ávila**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 4/4/2008 a 31/12/2008, na ordem de **R\$ 1.236.678,82** resultante da soma de valores cuja regularidade de aplicação não restou comprovada nas obras e/ou reformas consubstanciadas nos subitens 4.4, 4.5, 4.7, 4.9, 4.10, 4.11, 4.12, 4.14 e 4.16 do Relatório Técnico Conclusivo de Vistoria (fls. 1.748/1.773, vol. 9);

9.1.8- **FIXAR PRAZO** de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado no subitem 31.15 deste voto aos cofres da Fazenda Pública de Marã, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.1.9- **RECOMENDAR** à Prefeitura Municipal de Marã que observe com maior rigor a legislação pertinente aos temas tratados nos autos;

9.1.10- **RECOMENDAR** ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM.

9.2- Por maioria, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator:

9.2.1- **APLICAR MULTA no valor total de R\$ 10.960,31 ao Sr. Gefferson Almeida de Oliveira**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 1/1/2008 a 3/4/2008, nos moldes discriminados a seguir:

9.2.1.1 - **R\$ 8.768,25** pelas impropriedades consubstanciadas nos itens 1, 2, 3, 14 e 15 da fundamentação do Parecer n. 1.214/2011-MP/ELCM (fls. 454/459, vol. 3), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.1.2 - **R\$ 2.192,06** pelo não atendimento à diligência desta Corte de Contas, com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTASACÓRDÃO Nº 22/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2014)

a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM, a saber: **a)** Notificação n. 013/2012-DCOP (fls. 1.744/1.746, vol. 9); **b)** Notificação n. 123/2013-DICAMI (fls. 1.845, vol. 10); **c)** Edital de Notificação n. /2013-DICAMI (fls. 1.846, 1.847 e 1.848, vol. 10).

9.2.2- **FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções** aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, caput, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.2.3- **AUTORIZAR**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.2.4- **APLICAR MULTA** ao **Sr. Dilmar dos Santos Ávila**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 4/4/2008 a 31/12/2008, nos moldes discriminados a seguir:

9.2.4.1 - **R\$ 1.096,03** pelo atraso no encaminhamento da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Maraã, referente ao exercício de 2008, à esta Corte de Contas, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.4.2 - **R\$ 1.096,03** por cada semestre em que houve atraso no encaminhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal, ou seja, 1º e 2º semestres, totalizando o valor de R\$ 2.192,06, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.4.3 - **R\$ 1.096,03** por cada bimestre em que houve atraso no encaminhamento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, ou seja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, totalizando o valor de R\$ 6.576,18, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.2.5- **FIXAR PRAZO** de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 31.12 deste voto aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, caput, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.2.6- **AUTORIZAR**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, pela aplicação de multas de valores inferiores, calculados à época dos fatos.

9.3- **Por maioria**, nos termos do voto do Relator:

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTASACÓRDÃO Nº 22/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2014)

9.3.1 - **APLICAR MULTA** no valor total de **R\$ 30.688,85** ao **Sr. Dilmar dos Santos Ávila**, Prefeito e Ordenador de Despesa no período de 4/4/2008 a 31/12/2008, nos moldes discriminados a seguir:

9.3.1.1 - **Em concordância com o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva: R\$ 1.096,03** por cada mês de competência em que **houve atraso no envio de dados, via ACP**, ou seja, de **abril a dezembro, totalizando o valor de R\$ 9.864,27**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.3.1.2 - **R\$ 1.096,03** pelo **atraso no encaminhamento da prestação de contas** da Prefeitura Municipal de Maraã, referente ao exercício de 2008, à esta Corte de Contas, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.3.1.3 - **R\$ 1.096,03** por cada semestre em que houve **atraso no encaminhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal**, ou seja, **1º e 2º semestres, totalizando o valor de R\$ 2.192,06**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.3.1.4 - **R\$ 1.096,03** por cada bimestre em que houve **atraso no encaminhamento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária**, ou seja, **1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, totalizando o valor de R\$ 6.576,18**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.3.1.5 - **R\$ 8.768,25** pelas impropriedades previstas nas restrições 1, 2, 3, 7, 8, 9, 12 e 13 do Relatório Preliminar n. 320/2009 (fls. 316/362, vol. 2), assim como aquelas consubstanciadas nos itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da fundamentação do Parecer n. 1.214/2011-MP/ELCM (fls. 454/459, vol. 3), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

9.3.1.6 - **R\$ 2.192,06** pelo não atendimento à diligência desta Corte de Contas, com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM, a saber: a) Notificação n. 012/2012-DCOP (fls. 1.736/1.743, vol. 9); b) Notificação n. 122/2013-DICAMI (fls. 1.843, vol. 10); c) Notificação n. 519/2013-DICAMI (fls. 1.849, vol. 10); d) Edital de Notificação n. /2013-DICAMI (fls. 1.846, 1.847 e 1.848, vol. 10).

9.3.2 - **FIXAR PRAZO** de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 31.12 deste voto aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

9.3.3 - **AUTORIZAR**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 22/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2014)**

Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles pela aplicação de multas de valores inferiores, calculados à época dos fatos, bem como pela ressalva de convênios firmados com órgãos federais e estaduais.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 15 de maio de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro- Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral